

A. I. N° - 124157.0709/09-7
AUTUADO - AMARAL PANDOLFI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS
ORIGEM - IFMT/METRO
INTERNET - 19.07.2010

JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0178-02/10

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. O contribuinte comprovou que as mercadorias não foram destinadas à comercialização. Ficou comprovado nos autos que as mercadorias não se destinam à comercialização, e por isso, não se inclui nas hipóteses em que não deve ser feita a antecipação parcial Infração descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 10/07/2009, reclama o valor de R\$2.612,21, em razão da falta de recolhimento do ICMS referente a antecipação parcial, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado.

O sujeito passivo, em sua defesa, fl. 17, alega que é uma empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, tem como atividade econômica principal – 5611203-Lanchonetes, casas de cá, sucos e similares. Alega que a nota fiscal que consta no Termo, de nº 16262, refere-se a aquisição de um gabinete térmico e equipamentos de instalação em geral, no valor de R\$17.000,00. Em razão da empresa estar enquadrada no Simples Nacional, recolhe o ICMS de acordo com a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, sendo vedado o destaque de ICMS em suas notas fiscais, conseqüentemente não é obrigado a efetuar o recolhimento antecipado deste imposto.

Acrescenta que a compra realizada foi destinada a seu ativo e segundo o parágrafo único do art. 386, a diferença de alíquota será calculada com base nas alíquotas aplicáveis a empresas não optantes pelo Simples Nacional.

Conclui afirmando que apenas as compras destinadas à comercialização são obrigadas a recolher a antecipação parcial, no primeiro posto fiscal para contribuintes descredenciados ou dia 25 do mês subsequente para os contribuintes credenciados, conforme previsto no parágrafo 7º do art. 125 do RICMS/BA.

O autuante ao proceder à informação fiscal, fl.26/28, esclarece que o auto de infração foi lavrado com base nos preceitos legais, após identificação e enquadramento do ilícito fiscal. Afirma que a defendente efetuou compra interestadual de mercadorias tributáveis através da nota fiscal nº 016262, contemplando diversos produtos de instalações (gabinete térmico, prateleira elevada, conj. Indl.c/refrigeração etc), oriundas do Estado de Minas Gerais, descumprindo a legislação pertinente, pelo fato de nesta data, encontrar-se na condição de descredenciada, haja vista a alíquota de 7% destacada no documento fiscal.

Diz que a autuada tenta mostrar a licitude da operação, acreditando ter seguido as exigências contidas no RICMS/BA, entretanto, não contestou o valor do crédito apenas a uma declaração simplória sobre a compra dos produtos.

Ressalta ainda que a defesa não se manifestou sobre o seu descredenciamento junto à SEFAZ, distanciando-se totalmente da verdadeira razão que motivou o Agente Público a reclamar o crédito tributário.

Finaliza solicitando a Procedência do Auto de Infração.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o recolhimento da antecipação parcial, à contribuinte descredenciado no cadastro da SEFAZ/BA, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, no valor de R\$2.612,21,

As hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96:

“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.

O autuado alegou em sua defesa que os produtos foram adquiridos para o seu ativo imobilizado, pois é uma empresa de pequeno porte, optante pelo simples nacional e exerce a atividade de lanchonete, casas de chá, sucos e similares.

Da análise das peças processuais, verifico que a nota fiscal nº 016262, fl. 11, objeto da exigência refere-se à aquisição de 01 gabinete térmico e equipamentos de instalação. Em consulta ao sistema da SEFAZ verifico que a atividade da autuada é realmente a de lanchonete, casas de chá, sucos e similares.

Entendo que restou comprovado no presente PAF que a mercadoria foi adquirida pelo autuado com o intuito de integrar o seu ativo imobilizado, por isso, não se submete ao instituto da antecipação parcial, nos termos do art. 12-A da Lei 7.014/96, acima reproduzido, por não se tratar de mercadoria para comercialização. Portanto, ficou comprovado que as mercadorias não se destinam à comercialização, e por isso, não se inclui nas hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 124157.0709/09-7, lavrado contra **AMARAL PANDOLFI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de julho de 2010

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR